



CPRT

COMISSÃO DE POLÍTICA
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS

RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 5 – Número 0259 – 11/07 à 15/07/2022

SUMÁRIO

- Destaque da Semana
 - Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
 - Notícias do Executivo
 - Notícias do Ministério Público do Trabalho
 - Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
 - e-Social
 - Outras Notícias
 - Atos Normativos
 - Dados estatísticos de Fiscalização
-

Destaque da Semana

CANPAT Construção 2022 vai abordar Gestão da Segurança e Saúde na Construção

Revista Proteção - 15/07/2022

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), com a correalização do Serviço Social da Indústria (Sesi), participação da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) e apoio especial do Seconci Brasil, realizará no dia 26 de julho, às 10 horas, o lançamento da Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho na Indústria da Construção – CANPAT Construção 2022 com o tema “Gestão da Segurança e Saúde na Construção: uma nova cultura para um ambiente de trabalho seguro e saudável”.

De acordo com o presidente da Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC), Fernando Guedes, o evento, que está em sua 6ª edição, vai abordar questões de segurança e saúde do trabalho (SST) na construção, além dos novos paradigmas e a cultura de prevenção que as empresas devem observar com a NR 18, que entrou em vigor este ano.

O presidente da CPRT destacou ainda a importância do evento no calendário do setor e dos relevantes debates que a CANPAT Construção promove. “A expectativa é muito elevada, afinal de contas é um setor muito importante. A nossa Campanha já é um evento dentro do calendário da construção, respeitado e muito aguardado pelos profissionais preventivistas”, disse.

[Clique aqui e garanta a sua vaga!](#)

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Aras pede fixação de prazo para que Congresso regule adicional de atividades penosas](#)

Supremo Tribunal Federal - 15/07/2022

O procurador-geral da República, Augusto Aras, ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO 74) pedindo que o Supremo Tribunal Federal (STF) estabeleça prazo para que o Congresso Nacional regule o direito dos trabalhadores urbanos e rurais ao adicional de remuneração para atividades penosas, previsto na Constituição Federal (artigo 7º, XXIII).

[PGR aponta omissão do Legislativo em regulamentar proteção de trabalhadores frente à automação](#)

Supremo Tribunal Federal - 15/07/2022

O procurador-geral da República, Augusto Aras, ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO 73) no Supremo Tribunal Federal (STF) apontando mora do Congresso Nacional em regulamentar dispositivo da Constituição Federal que confere aos trabalhadores urbanos e rurais o direito social à proteção em face da automação. A ação foi distribuída ao ministro Luís Roberto Barroso.

[TST inova com a criação da Assessoria de Relações Internacionais](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 15/07/2022

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), ministro Emmanoel Pereira, inovou quando da assinatura do ato que cria a Assessoria de Relações Internacionais. O novo setor será responsável pela interlocução da Corte com organismos e órgãos de governo que atuam junto a

a outros países.

[Trabalhador com hepatite C será reintegrado ao emprego por causa de dispensa discriminatória](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 15/07/2022

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho determinou a reintegração de um analista da ABB Brasil Ltda. ao emprego, em Osasco (SP). Ele foi demitido por ser portador de hepatite C. A doença é considerada grave, e a jurisprudência do TST entende que há presunção de dispensa discriminatória nesses casos. O empregador tem de provar que a dispensa teve outra motivação, o que, segundo o colegiado, não ocorreu.

[Abertas inscrições para XII Congresso Regional Americano de Direito do Trabalho e Seguridade Social](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 14/07/2022

Entre os dias 14 e 16 de setembro, serão realizados o XII Congresso Regional Americano de Direito do Trabalho e da Seguridade Social e o XII Congresso Internacional da Academia Brasileira de Direito do Trabalho. Os eventos ocorrerão em formato híbrido, com atividades presenciais na cidade de São Paulo. As inscrições estão abertas e podem ser realizadas no [site da Academia Brasileira de Direito do Trabalho \(ABDT\)](#), que realiza os congressos em conjunto com a Sociedade Internacional de Direito do Trabalho e Seguridade Social (SIDTSS). Os eventos contam com o apoio institucional do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

[Dentista receberá reflexos da integração do auxílio alimentação ao salário](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 13/07/2022

O Município de Santa Bárbara D'Oeste, no Estado de São Paulo, terá de pagar os reflexos da integração do auxílio alimentação ao salário de uma cirurgiã dentista no período em que já estava em vigor a Lei 13.467/2017 (Reforma Trabalhista). A lei alterou a natureza jurídica do benefício, tornando-o indenizatório, mas o contrato de trabalho foi firmado antes da mudança legislativa. Para a Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho, se a alteração impactasse a parcela recebida pela dentista, haveria desrespeito às garantias constitucionais da irredutibilidade salarial e do direito

adquirido.

[Dona de obra vai pagar multas pelo descumprimento de normas de saúde e segurança no canteiro](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 13/07/2022

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou recurso de microempresária que, como dona de obra em Caraguatatuba (SP), foi condenada a pagar as multas aplicadas por auditor fiscal em razão do descumprimento de normas de segurança e medicina do trabalho no local dos serviços. Como responsável subsidiária, a dona da loja na qual a obra era realizada só pagaria a multa se o empreiteiro não a quitasse.

[Empregado demitido em razão da idade deverá ser reintegrado](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 12/07/2022

Um eletricitário de Porto Alegre (RS) deverá ser reintegrado à Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE) após ser demitido porque estaria apto a se aposentar por idade. Em crise financeira, a empresa afirmava que a dispensa atendia a necessidade de redução da folha de pagamento. Mas, para a Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho, ficou caracterizada a discriminação em razão da idade.

[Empresa em recuperação judicial precisa realizar depósito prévio em ação rescisória](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 12/07/2022

A Rodovisa Civenna Transportes, de Campinas (SP), não terá a ação rescisória julgada por ausência de recolhimento do depósito prévio de 20% do valor da causa. O entendimento da Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho é de que o fato de a empresa se encontrar em recuperação judicial não lhe garante o benefício da gratuidade da justiça, sendo necessária a demonstração cabal acerca da impossibilidade de arcar com as despesas do processo.

[Turma mantém entendimento de que valor apontado na petição inicial é meramente estimativo](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 11/07/2022

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho negou provimento ao agravo de instrumento da Seara Alimentos Ltda. e, com isso, manteve decisão que afastou a limitação das condenações impostas à empresa aos valores indicados por um vigia na petição inicial de sua reclamação trabalhista. A decisão assegurou o entendimento de que os valores indicados na petição inicial eram apenas mera estimativa de créditos pretendidos pelo empregado.

[Desempregada não poderá sacar parte do FGTS com base na pandemia da covid-19](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 11/07/2022

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho entendeu que a pandemia da covid-19 não pode ser equiparada a desastre natural para permitir que uma desempregada, em Vitória (ES), possa sacar R\$ 6 mil de sua conta vinculada do FGTS. Ela tinha apresentado expedição de alvará judicial à Caixa Econômica Federal (CEF) e buscava, desde maio de 2020, a liberação dos valores. O saque relacionado à pandemia não está previsto na Lei 8.036/1990, que dispõe sobre o FGTS.

[Live vai debater desafios atuais da prevenção de acidentes e doenças do trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 11/07/2022

O Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho (Trabalho Seguro) da Justiça do Trabalho vai promover, no dia 27/7 (terça-feira), às 16h30, uma live para marcar o Dia Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho. O evento será transmitido, ao vivo, às 16h30, no [canal oficial](#) do Tribunal Superior do Trabalho no YouTube.

Notícias do Executivo

[Realizada hoje a VIII Reunião de Ministros do Trabalho e Emprego](#)

Ministério do Trabalho e Previdência - 14/07/2022

O ministro do Trabalho e Previdência, José Carlos Oliveira, participou virtualmente na manhã desta quarta-feira (14), da VIII Reunião de Ministros do Trabalho e Emprego do BRICS, que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. As reuniões ministeriais de Trabalho e Emprego são realizadas anualmente desde 2016, discutem questões globais do mercado de trabalho e compartilham experiências dos países do BRICS para crescimento forte, sustentável e inclusivo. Acesse aqui a [Declaração da VIII Reunião de Ministros do Trabalho e Emprego do BRICS](#).

[Receita Federal adia entrega da DCTFWeb para órgãos públicos e organizações internacionais](#)

Ministério da Economia - 15/07/2022

Em razão do adiamento do início da obrigatoriedade de escrituração do Sistema Simplificado de Escrituração Digital das Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais (e-Social) e Escrituração Fiscal Digital de Retenções e outras Informações Fiscais (EFD-Reinf) para órgãos da Administração Pública, organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais, a Receita Federal adiou também o início da obrigatoriedade de entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de outras Entidades e Fundos (DCTFWeb) para estes grupos.

[Capítulo de livro destaca pontos significativos da história da ergonomia no Brasil](#)

Fundacentro - 15/07/2022

“Elementos da história da ergonomia no Brasil” é tema de capítulo do livro Engenharia do Trabalho: Saúde, Segurança, Ergonomia e Trabalho, escrito pelos pesquisadores da Fundacentro, José Marçal Jackson Filho e Sandra Donatelli (aposentada), e pelos especialistas Angela Paula Simonelli e Francisco de Paula Antunes Lima. Os especialistas destacaram pontos que consideram significativos e, com isso, levam o leitor à perspectiva da história social dos eventos e processos que semearam a emergência da ergonomia e de sua forma de atuação no Brasil.

[Vídeos de audiência pública sobre anexos das NRs 9 e 15 estão disponíveis](#)

Fundacentro - 13/07/2022

Audidores-fiscais do trabalho e pesquisadores da Fundacentro participaram da audiência pública, realizada virtualmente nos dias 5 e 6 de julho, sobre os anexos das Normas Regulamentadoras 9 (Avaliação e Controle das Exposições Ocupacionais a Agentes Físicos, Químicos e Biológicos) e 15 (Atividades e Operações Insalubres). Os vídeos estão disponíveis no [canal do YouTube da Enit](#) (Escola Nacional de Inspeção do Trabalho). No [primeiro encontro](#), foram discutidos os anexos Químicos e Agentes Químicos Cancerígenos e Mutagênicos para Células Germinativas e os apêndices de Benzeno e de Asbesto da NR 9. No [segundo](#), o debate tratou dos anexos de Agentes Químicos da NR 15, atualmente 11, 12, 13 e 13A..

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Representante do MPT alerta para fatores que favorecem o trabalho escravo no Brasil](#)

Ministério Público do Trabalho - 14/07/2022

O procurador do Trabalho Itamar Filipe de Paiva Medina, vice-coordenador de Erradicação do Trabalho Escravo e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Conaete) do Ministério Público do Trabalho (MPT), participou, nesta quinta-feira (14/07), de audiência pública na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados (CTASP). O evento debateu o combate ao trabalho escravo nas lavouras de café em Minas Gerais. Na ocasião, o representante do MPT alertou que o agravamento do desemprego, da pobreza e da fome tem favorecido o aumento da exploração de trabalhadores no Brasil.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[SC: Inspeção do Trabalho e SINAIT voltam a apontar danos da MP 1.116 à aprendizagem, em debate na Assembleia Legislativa](#)

Sindicato Nacional do Auditores Fiscais do Trabalho - 15/07/2022

A Auditora-Fiscal do Trabalho Érika Medina teceu críticas às mudanças inseridas pela Medida Provisória (MP) 1.116/2022 na política nacional de aprendizagem e ressaltou que os Auditores-Fiscais do Trabalho não participaram da elaboração e tampouco concordam com o teor da matéria. Representando o SINAIT, ela participou de audiência pública sobre o tema nesta quinta-feira, 14 de julho, promovida pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

[SINAIT cobra norma de vigilância de grandes empresas que se beneficiam do trabalho escravo por meio cadeias produtivas](#)

Sindicato Nacional do Auditores Fiscais do Trabalho - 14/07/2022

O Auditor-Fiscal do Trabalho Lucas Reis, dirigente do SINAIT, cobrou do Parlamento brasileiro a criação de um instrumento normativo de vigilância - nos mesmos moldes do aprovado pela França em 2017- para responsabilizar as grandes empresas nacionais e internacionais que se beneficiam do trabalho escravo por meio de suas cadeias produtivas. “Essa Casa precisa iniciar essa discussão da vigilância”, reforçou Reis em audiência pública que tratou do “Combate ao Trabalho Escravo, em especial nas Lavouras de Café de Minas Gerais”.

[MP 1.116 – SINAIT, Auditores do Trabalho e entidades parceiras definem ações em defesa da aprendizagem](#)

Sindicato Nacional do Auditores Fiscais do Trabalho - 11/07/2022

O presidente do SINAIT, Bob Machado, reuniu-se nesta sexta-feira, 8 de julho, com Auditores-Fiscais do Trabalho ligados à aprendizagem e com representantes de entidades parceiras na defesa da política pública, a fim de definir estratégias para sensibilizar os parlamentares a rejeitarem os trechos da Medida Provisória (MP) 1.116/2022 que versam sobre a aprendizagem. Na reunião, que ocorreu de forma online, as entidades decidiram adicionar novas ações aos esforços que vêm sendo empreendidos em defesa da aprendizagem, a exemplo de uma campanha nas redes sociais, que deve começar nos próximos dias. “É importante que continuemos a agir conjuntamente, como temos feito até agora, com o trabalho parlamentar, o debate técnico da matéria, a mobilização de aprendizes, para enfrentar os danos que a MP 1.116 causa nesta importante política pública”, afirmou o presidente do SINAIT.

Outras Notícias

[Homologação dos acordos extrajudiciais perante os tribunais do trabalho](#)

Consultor Jurídico - 15/07/2022

Na reforma trabalhista, o legislador introduziu na CLT os artigos 855-B a 855-E, que preveem o procedimento de homologação de acordo extrajudicial na Justiça do Trabalho. Para tal, bastaria que as partes, representadas por advogados distintos, apresentassem petição conjunta perante o juízo competente pleiteando a homologação daquilo que foi transacionado. Ocorre que, nos últimos cinco anos, os tribunais do Trabalho têm criado normas específicas para esse procedimento, que vão além dos requisitos originalmente previstos pelo legislador.

[Sem cálculo, depósito recursal não pode ser alvo de execução provisória](#)

Consultor Jurídico - 15/07/2022

Se ainda há possibilidade de recursos, os valores depositados a título de depósito recursal não podem ser executados provisoriamente sem que os cálculos estejam homologados. Esse foi o entendimento dos ministros da Subseção II Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, ao considerar que uma decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Bahia (TRT-5) contrariou a jurisprudência do TST.

[Direito intertemporal: confronto da Lei nº 13.467/17 com vantagens adquiridas](#)

Consultor Jurídico - 15/07/2022

A aplicação de novas disposições legais nem sempre ocorre de forma pacífica, em especial quando a nova lei traz modificações no reconhecimento de direitos que

colidem com prática anteriormente adotada. É o caso do artigo 58, §2º, da CLT, inserido pela Lei nº 13.467/17, ao tratar das horas in itinere.

[Auditor fiscal do trabalho tem competência para reconhecer vínculo de emprego](#)

Consultor Jurídico - 14/07/2022

A 7ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho decidiu que um auditor fiscal do trabalho tem competência para reconhecer a existência de relação de emprego e, por consequência, proceder à autuação da empresa e aplicar as multas decorrentes. Na interpretação do colegiado, o auditor possui atribuição funcional para avaliar a existência de vínculo empregatício nos estabelecimentos que fiscaliza, sem prejuízo da competência da Justiça do Trabalho.

[STF modula decisão em matéria de terceirização: há corte rescisório?](#)

Consultor Jurídico - 14/07/2022

O Supremo Tribunal Federal, na sessão virtual encerrada no último dia 1º/7/2022, deu provimento aos embargos declaratórios opostos no RE 958.252, a fim de modular os efeitos do julgamento que enfrentou a controvertida polêmica em torno da terceirização. O leading case abordou a licitude da contratação de mão-de-obra terceirizada, para fins de prestação de serviços correlacionados com a atividade-fim, levando em conta o disposto na Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho.

[Aos 5 anos, reforma trabalhista apresenta como legado redução do volume de ações](#)

Consultor Jurídico - 14/07/2022

Há exatos cinco anos, o Congresso Nacional aprovou uma das mais profundas alterações da legislação trabalhista brasileira. A Lei 13.467/17, popularmente conhecida como reforma trabalhista, modificou mais de cem pontos da legislação laboral com os declarados objetivos de alavancar o crescimento econômico do país, criar algo em torno de dois milhões de empregos e reduzir o número de ações que chegam a cada ano ao Judiciário trabalhista.

[Mãe que teve de desmamar filho para treinamento e foi demitida será indenizada](#)

Consultor Jurídico - 13/07/2022

Embora a decisão de ser mãe ou não deva ser individual, a Constituição oferece proteção à maternidade e à infância, estando tal proteção presente, ainda, em inúmeras outras normas nacionais e internacionais. Esse foi um dos fundamentos adotados pela juíza Lisandra Cristina Lopes, do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, para condenar a filial das Casas Bahia de Pau dos Ferros (RN) por discriminação por condição de gênero.

[STJ suspende execução trabalhista contra empresa de transporte em recuperação](#)

Consultor Jurídico - 12/07/2022

O presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Humberto Martins, concedeu liminar para suspender os atos executórios promovidos em uma vara trabalhista do Rio Grande do Sul contra a empresa Transportes Dalçoquio. A decisão se deu em conflito de competência entre o juízo trabalhista e a vara cível que processa a recuperação judicial da transportadora. A empresa, uma das maiores do país em seu ramo, teve o pedido de recuperação deferido em 2016 pela 5ª Vara Cível de Itajaí (SC), com determinação de suspensão das ações e execuções movidas contra ela. Apesar disso, a 5ª Vara do Trabalho de Canoas (RS) determinou o prosseguimento de uma execução em reclamação trabalhista.

[Publicada portaria que nomeia Grupo de Trabalho Tripartite para revisão da NR 35 sobre Trabalho em Altura](#)

Revista Proteção - 15/07/2022

Foi publicada hoje, 15 de julho, no Diário Oficial da União, pelo Ministério do Trabalho e Previdência, a Portaria STRAB/MTP N° 1.959, que institui no âmbito da CTPP (Comissão Tripartite Paritária Permanente), o Grupo de Trabalho Tripartite de revisão da NR-35 (Norma Regulamentadora n° 35) sobre Trabalho em Altura. O documento traz os nomes dos titulares e suplentes de cada bancada (governo, empregadores e trabalhadores).

[TRT-4 chama para conciliação pessoas e empresas com processos de acidentes ou doenças do trabalho](#)

Revista Proteção - 13/07/2022

A Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul realizará, entre 22 e 26 de agosto, a Sema-

na de Conciliações em Processos de Acidente do Trabalho e Doença Ocupacional. Durante o período, os seis Centros de Conciliação (Cejuscs) do Estado se dedicarão exclusivamente a audiências de processos com essa temática, na tentativa de firmar acordo entre as partes.

Atos Normativos

[PORTARIA CRPS/SPREV/MTP N° 1.913, DE 6 DE JULHO DE 2022](#) (DOU de 11/07/2022 Seção I Pág. 103) - Orienta as atividades desenvolvidas no Conselho de Recursos da Previdência Social - CRPS para o regular andamento da análise, processamento e julgamento dos incidentes processuais previstos no seu Regimento Interno;

[PORTARIA PRES/INSS N° 1.463, DE 8 DE JULHO DE 2022](#) (DOU de 12/07/2022 Seção I Pág. 86) - Revoga a Resolução n° 495/PRES/INSS, de 4 setembro de 2015, que dispõe sobre a retenção de provisões para pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e outros a serem pagos em relação à mão de obra das empresas contratadas para prestação de serviços, continuados ou não, com dedicação exclusiva de mão de obra.

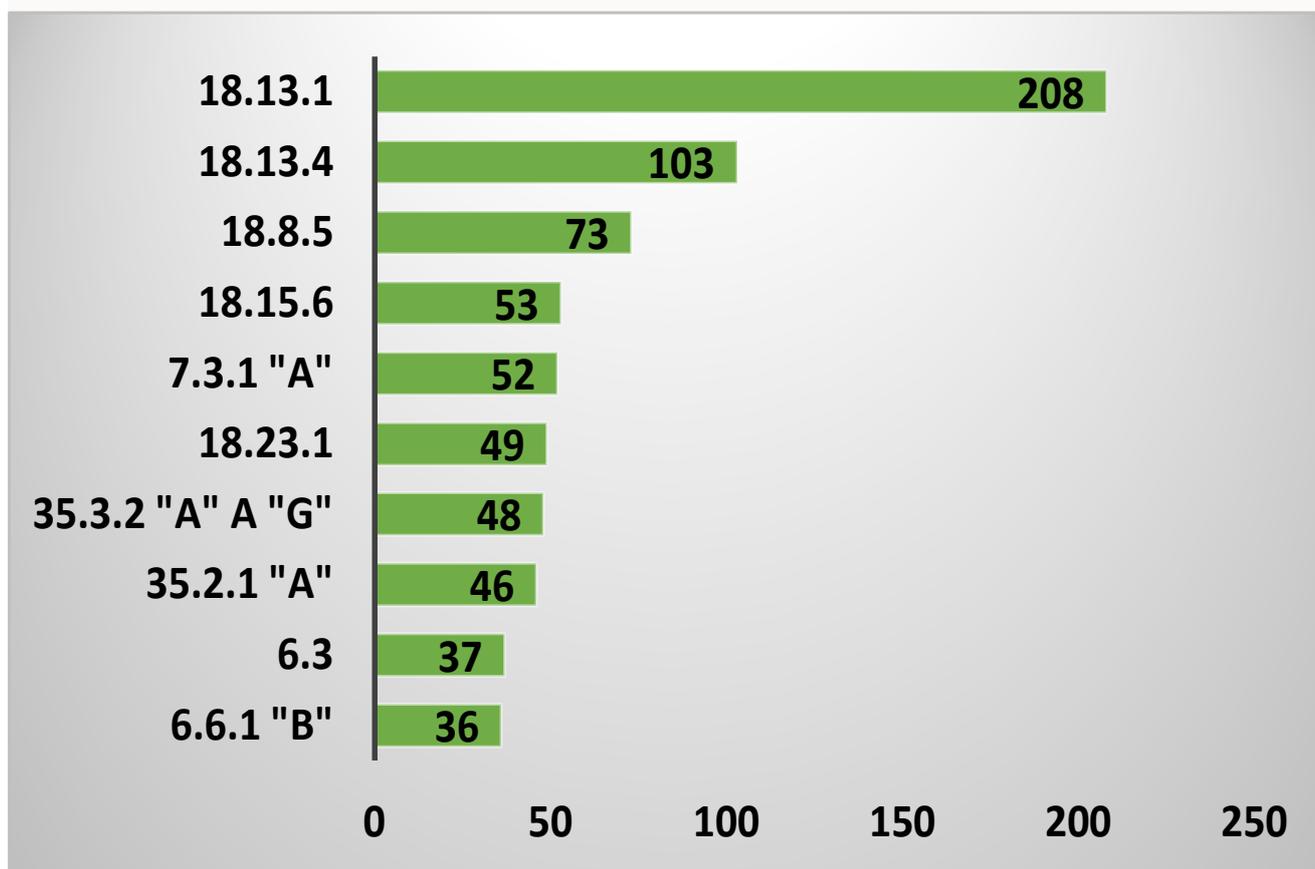
[SOLUÇÃO DE CONSULTA N° 25, DE 14 DE JUNHO DE 2022](#) (DOU de 14/07/2022 Seção I Pág. 12) - Contribuições Sociais Previdenciárias. Ementa: Contribuições Sociais Previdenciárias. Hipótese de Incidência. Terço Constitucional de Férias. Horário Extraordinário e Horário Extraordinário Incorporado. Auxílio-Acidente. Aviso Prévio Indenizado;

[EMENDA CONSTITUCIONAL N° 125](#) (DOU de 15/07/2022 Seção I Pág. 03) - Altera o art. 105 da Constituição Federal para instituir no recurso especial o requisito da relevância das questões de direito federal infraconstitucional;

[PORTARIA STRAB/MTP N° 1.959, DE 12 DE JULHO DE 2022](#) (DOU de 15/07/2022 Seção II Pág. 55) - Fica instituído, no âmbito da Comissão Tripartite Paritária Permanente - CTPP, o Grupo de Trabalho Tripartite de revisão da Norma Regulamentadora n° 35 (NR-35) - Trabalho em Altura.

Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras mais capitulados como “Regularizado na Ação Fiscal” durante a fiscalização do Ministério do Trabalho e Previdência na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2022 (jan/maio):



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/MTP

Regularizado na Ação Fiscal: É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram corrigidos pelas empresas ao longo da ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “notificações” ou “autuações” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME na área das relações de trabalho são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

18.13.1 É obrigatória a instalação de proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou de projeção e materiais.

18.13.4 É obrigatória, na periferia da edificação, a instalação de proteção contra queda de trabalhadores e projeção de materiais a partir do início dos serviços necessários à concretagem da primeira laje.

18.8.5. É proibida a existência de pontas verticais de vergalhões de aço desprotegidas.

18.15.6 Os andaimes devem dispor de sistema guarda-corpo e rodapé, inclusive nas cabeceiras, em todo o perímetro, conforme subitem 18.13.5, com exceção do lado da face de trabalho.

7.3.1 Compete ao empregador:

a) garantir a elaboração e efetiva implementação do PCMSO, bem como zelar pela sua eficácia;

18.23.1 A empresa é obrigada a fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, EPI adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, consoante as disposições contidas na NR 6 - Equipamento de Proteção Individual - EPI.

35.3.2 Considera-se trabalhador capacitado para trabalho em altura aquele que foi submetido e aprovado em treinamento, teórico e prático, com carga horária mínima de oito horas, cujo conteúdo programático deve, no mínimo, incluir:

35.2.1 Cabe ao empregador:

a) garantir a implementação das medidas de proteção estabelecidas nesta Norma;

6.3 A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, nas seguintes circunstâncias:

6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI:

b) exigir seu uso;

EXPI **EXPEDIENTE**

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula